

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA EVIDENCIADOS NOS SETORES DE UTILIDADE PÚBLICA E TELECOMUNICAÇÕES DA B3 S/A – BRASIL, BOLSA, BALCÃO*

KEY AUDIT MATTERS EVIDENCED IN THE PUBLIC UTILITY AND TELECOMMUNICATION SECTORS OF B3 S/A – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Juliany Moreira Beijosa Vargas**

Márcia Bianchi***

RESUMO

Este estudo analisa os aspectos dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) apresentados pelos auditores independentes nas companhias dos setores de utilidade pública e telecomunicações listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) no período de 2016 a 2018. A pesquisa classifica-se como quantitativa, descritiva e documental, analisando a seção Principais Assuntos de Auditoria do Relatório do Auditor Independente (RAI). A amostra consistiu em 71 empresas em 2016, 73 em 2017 e 72 em 2018. Identificou-se aumento de PAAs de 2016 a 2017 e redução de 2017 a 2018. A média geral de PAAs por empresa foi de 2,84. Os PAAs mais reportados nos anos analisados foram respectivamente: Receita (19%), Ativos e Passivos de Concessão e Setorial (18%) e Contingências (15%). Os assuntos Receita e Contingências estão entre os cinco PAAs mais citados em todos os setores, nos três anos avaliados. Quanto aos PAAs mais apontado nos setores tem-se: Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais para energia elétrica; Ativo Intangível para água e saneamento, Valor Recuperável de Ativos Não-Financeiros para telecomunicações; e Receita para gás. As firmas que mais auditaram as empresas das amostras foram a Deloitte ToucheTohmatsu em 2016 e KPMG Auditores Independentes em 2017 e 2018. Na análise *cluster* identificou-se que os PAAs mais citados nos RAI tinham relação ao Ativo da empresa e que Passivo foi a característica menos presente. Ao evidenciar os PAAs identificados nos RAI, segregando por setor, firma auditora e *cluster*, a pesquisa contribui na melhoria da qualidade da auditoria e fornece informações adicionais aos *stakeholders*.

Palavras-chave: Principais Assuntos de Auditoria. Relatório do Auditor Independente. Auditoria.

ABSTRACT

This study analyzes the aspects of the Key Audit Matters (KAM) presented by the independent auditors in the companies of the public utility and telecommunications sectors listed in B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) in the period from 2016 to 2018. The research is classified as quantitative, descriptive and documentary, analyzing the Key Audit Matters section of the Independent Auditor's Report (IAR). The sample consisted of 71 companies in 2016, 73 in

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2019, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

** Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (juliany.moreira@ufrgs.br).

*** Márcia Bianchi. Orientadora. Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS e do PPGCONT-UFRGS. (marcia.bianchi@ufrgs.br).

2017 and 72 in 2018. It was identified an increase of KAM from 2016 to 2017 and a reduction from 2017 to 2018. The overall average of KAM per company was 2.84. The most reported KAM in the years analyzed were: Revenue (19%), Assets and Liabilities of Concession and Sector (18%) and Contingencies (15%). The subjects Revenue and Contingencies are among the five KAM most cited in all sectors, in the three years evaluated. Regarding the most targeted KAM in the sectors are: Assets and Liabilities of Concession and Sectoral for electric energy; Intangible Assets for Water and Sanitation, Recoverable Value of Non-Financial Assets for Telecommunications; and Revenue for gas. The firms that most audited the sample companies were Deloitte ToucheTohmatsu in 2016 and KPMG Auditores Independentes in 2017 and 2018. In the cluster analysis it was identified that the KAM most cited in the IAR were related to the Company's Asset and that Passive was the least present characteristic. By highlighting the KAM identified in the IAR, segregating by sector, audit firm and cluster, the research contributes to improving the quality of the audit and provides additional information to stakeholders

Keywords: Key Audit Matters. Independent Auditor's Report. Audit.

1 INTRODUÇÃO

A auditoria contábil tem o papel de validar as informações apresentadas nas demonstrações contábeis (SOUZA; ALBERTON; BORBA, 2017). Por meio do Relatório do Auditor Independente, o auditor emite sua opinião acerca das demonstrações contábeis e se comunica com os usuários desses relatórios financeiros, auxiliando-os na tomada de decisão (CHIUDINI; CUNHA; MARQUES, 2018).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou a norma NBC TA 701 - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente, que entrou em vigor em 31 de dezembro de 2016, alterando a forma de apresentação do Relatório do Auditor Independente (RAI) com a inclusão da seção denominada de Principais Assuntos de Auditoria (PAA) (CFC, 2016). A inserção dessa seção tem o objetivo de tornar o Relatório do Auditor Independente (RAI) mais esclarecedor, dando maior transparência para a auditoria realizada, fornecendo, aos usuários, informações adicionais sobre as questões consideradas significativas para o auditor (BOTEZ, 2017).

Os Principais Assuntos de Auditoria são selecionados dentre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança e que, no julgamento profissional do auditor, exigiram maior atenção durante a execução da auditoria (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS - IAASB, 2015). A comunicação dos PAAs no RAI é exigida a toda a auditoria realizada em companhias listadas em bolsa de valores (CFC, 2016).

Baseado na importância do RAI, pois “o Relatório do Auditor Independente é o principal canal de comunicação do auditor com os usuários das demonstrações contábeis auditadas” (WISNIK, 2018, p. 14), a questão problema deste estudo é: *quais são os aspectos dos Principais Assuntos de Auditoria reportados no Relatório do Auditor Independente das companhias do setor de utilidade pública e telecomunicações listadas na B3?* Desta forma, o objetivo deste estudo é analisar os aspectos dos Principais Assuntos de Auditoria apresentados pelos auditores independentes nas companhias dos setores de utilidade pública e telecomunicações listadas na B3- Brasil, Bolsa, Balcão no período de 2016 a 2018.

De forma empírica, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) (2017) realizou um estudo dos PAAs das 546 companhias abertas que arquivaram os Relatórios dos Auditores Independentes no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de 01.01.2017 a 31.03.2017. Marques e Souza (2017) identificaram e analisaram os PAAs

reportados nos relatórios de auditoria independente de 49 empresas que compõem o IBOVESPA, divulgados no ano de 2017 e referentes ao ano de 2016. Silva, Bianchi e Venturini (2018) analisaram o teor da seção dos Principais Assuntos de Auditoria, dos RAIs dos anos de 2016 e 2017 das 57 empresas do segmento de energia elétrica listadas na B3. Já Seganfredo (2019) analisou os procedimentos utilizados por cada empresa de auditoria na abordagem dos PAAs reportados no Relatório de Auditoria de empresas listadas na B3 de 2016 a 2017.

Neste contexto, este estudo justifica-se pela contemporaneidade da norma, e contribui com a literatura ao analisar os Principais Assuntos de Auditoria evidenciados no RAI dos setores de utilidade pública e telecomunicações, abrangendo um período maior que estudos anteriores. Além do mais, ajuda os *stakeholders* compreenderem quais e quantos são os assuntos julgados como os mais relevantes pelos auditores independentes, no período de 2016 a 2018, nos setores de utilidade pública e telecomunicações, que prestam serviço à comunidade em geral, tendo assim, um elevado número de interessados nas suas divulgações. Ainda, fornece evidência do assunto mais divulgado por setor analisado e por firma auditora, bem como apresenta categorização dos PAAs, segundo o estudo do IBRACON (2017) e por meio de seis *clusters* validados por especialista (analista de mercado). Por fim, esta pesquisa auxilia na melhoria da qualidade da auditoria, pois permite comparação dos PAAs divulgados em setores regulamentados e por diferentes firmas auditoras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda sustentação teórica relativa à auditoria contábil, Relatório do Auditor Independente e Principais Assuntos de Auditoria. Além disso, apresenta estudos relacionados ao tema do estudo.

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL

De acordo com Cunha, Beuren e Pereira (2009, p. 47) a auditoria contábil é a “[...] metodologia utilizada para analisar a veracidade dos dados que consubstanciam as demonstrações contábeis, decorrentes de fatos e eventos econômicos de uma determinada entidade”.

A NBC TA 200 (R1) (CFC, 2016a, p. 2) define como objetivo da auditoria “[...] aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários”. Desta forma, a realização da auditoria contábil fornece maior credibilidade às demonstrações contábeis (SILVESTRE; SPRENGER; KRONBAUER, 2016). Para Reina *et al.* (2018), a auditoria é também um importante mecanismo de controle, que pode evidenciar equívocos involuntários ou fraudes ocasionadas por atos ilícitos e de má fé.

Durante a realização da auditoria, o auditor executa procedimentos a fim de garantir que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes devido a fraudes ou erros. Para isso, ele avalia se os relatórios financeiros estão de acordo com as políticas contábeis selecionadas pela administração da companhia e se essas políticas são apropriadas e de acordo com as normas vigentes. Observa também se as estimativas realizadas pela administração são razoáveis e se as demonstrações financeiras estão apresentadas adequadamente, permitindo o entendimento dos usuários (BOTEZ, 2017).

Na visão de Cunha, Beuren e Pereira (2009), mesmo não sendo exigida a todas as empresas, a auditoria contábil pode ser realizada de forma voluntária, como uma medida gerencial adotada pela administração, possibilitando além de detectar possíveis fraudes e erros contábeis, também verificar a adequação dos controles internos e das demonstrações contábeis.

2.2 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

O Relatório do Auditor Independente, anteriormente chamado de parecer, é o instrumento pelo qual o auditor expressa sua opinião sobre a existência ou não de distorções relevantes e a conformidade das demonstrações contábeis em relação às normas (SILVESTRE; SPRENGER; KRONBAUER, 2016).

A estrutura do Relatório do Auditor Independente é estabelecida pela NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis (CFC, 2016b). No Quadro 1 ilustra-se essa composição do RAI.

Quadro 1 - Estrutura do relatório do auditor independente

a - Título
b - Destinatário
c - Opinião do auditor
d - Base para opinião
e - Continuidade operacional
f - Principais assuntos de auditoria
g - Outras informações
h - Responsabilidades pelas demonstrações contábeis
i - Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis
j - Localização da descrição das responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis
l - Outras responsabilidades relativas à emissão do relatório
m - Nome do sócio ou responsável técnico
n - Assinatura do auditor
o - Endereço do auditor independente
p - Data do relatório do auditor

Fonte: elaborado a partir de NBC TA 700 (CFC, 2016b).

Com base no Quadro 1, observa-se que o conteúdo do relatório emitido pelo auditor, como resultado da auditoria das demonstrações contábeis possui uniformização regulada pela NBC TA 700 (CFC, 2016b). Silvestre, Sprenger e Kronbauer (2016) justificam a globalização da economia como causadora da necessidade de informações padronizadas, sendo indispensáveis para que empresas de diferentes países tenham acesso a informações comparáveis.

Ademais, os usuários das demonstrações financeiras sinalizaram a necessidade do RAI ser mais informativo, contemplando mais informações relevantes e específicas da entidade auditada (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS - IAASB, 2015). Para tal, no Brasil, entre julho e setembro de 2016, o RAI passou por alterações, onde o CFC publicou um conjunto de normas de auditoria revisadas (CFC, 2019). Conforme o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) (2017), esse Novo Relatório do Auditor não traz mudanças no escopo do trabalho e sim na comunicação, tornando-a mais constante e eficiente, sendo a alteração mais relevante à inclusão da seção designada de Principais Assuntos de Auditoria (PAA), exigida pela NBC TA 701 para demonstrações contábeis de exercícios findos em 31 de dezembro de 2016.

Wisnik (2018) destaca que a NBC TA 701 trouxe maior impacto ao Novo Relatório do Auditor, por apresentar um conceito inédito até então, responsabilizando o auditor independente a comunicar os assuntos que exigiram sua maior atenção durante a realização da auditoria. O IAASB (2015) conclui que o Novo Relatório do Auditor Independente renova o foco do auditor independente, e, mesmo que indiretamente, contribui para o aumento do ceticismo profissional, característica fundamental dos auditores.

Neste sentido, a incorporação dos PAAs no RAI auxilia as empresas e seus *stakeholders* a compreenderem melhor os assuntos que foram considerados mais importantes de acordo com o julgamento profissional do auditor (MASDOR; SHAMSUDDIN, 2018).

Para Reina *et al.* (2018), o relatório deve seguir a estrutura apresentada na NBC TA 700 (CFC, 2016b), mas não deve evidenciar o que não é importante, devendo o auditor aplicar o seu julgamento profissional na determinação do que deve ser publicado. Ainda, para os autores, a falta de juízo acerca da relevância das informações divulgadas ocasiona um excesso de informações, prejudicando a qualidade do relatório.

2.3 PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

A NBC TA 701 (CFC, 2016) define os Principais Assuntos de Auditoria como:

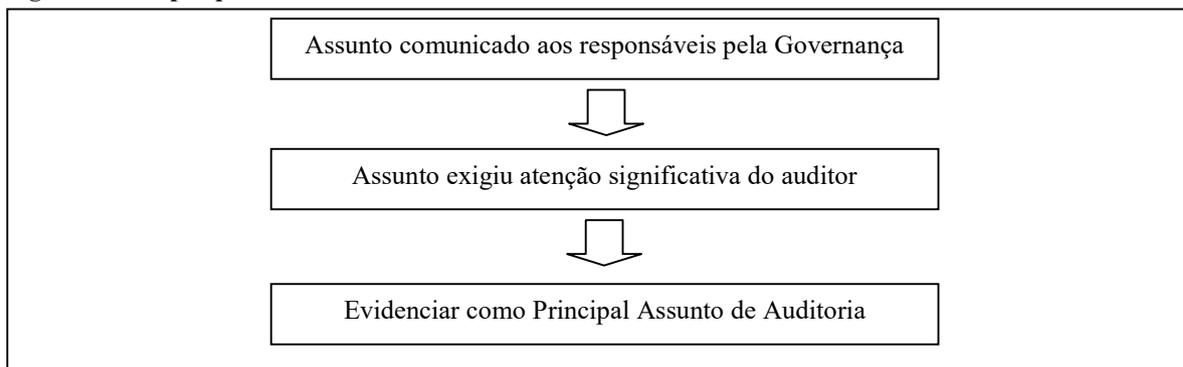
Principais assuntos de auditoria são assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. Os principais assuntos de auditoria são selecionados entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança.

A comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria, entre outros benefícios, fornece aos *stakeholders* informações adicionais, não substituindo a emissão de opinião modificada por parte do auditor, nem a apresentação de relatório na existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade e também não é uma opinião separada sobre assuntos tomados individualmente (CFC, 2016).

A inclusão dos Principais Assuntos da Auditoria não altera as responsabilidades do auditor, nem da administração da companhia, apenas destaca questões importantes, específicas da companhia e da auditoria realizada, trazendo benefícios positivos tanto para a qualidade da auditoria quanto para a percepção dos usuários (IAASB, 2015).

O caminho para evidenciar um PAA está destacado na Figura 1.

Figura 1 – Etapas para evidenciar um PAA



Fonte: adaptada de Public Company Accounting Oversight Board (2017).

A Figura 1 apresenta o passo a passo para evidenciar um assunto como PAA, devendo o auditor considerar nesta decisão: as áreas que exigem maior atenção do auditor, ou seja, aquelas de maior risco elevado e significativo (risco de distorção relevante identificado); as áreas que necessitam de julgamento e estimativas da administração, bem como transações ou eventos significativos (CFC, 2016; PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD, 2017).

Silva e André (2018, p. 5) destacam que: “Além da responsabilidade de informar no relatório de auditoria os PAAs, o auditor deve descrever, de acordo com seu julgamento, qual foi tratamento dado ao PAA”. Deste modo, após definir um assunto como PAA, o auditor

deve incluir no relatório: porque o assunto foi considerado um PAA e como a auditoria conduziu este assunto, sendo que a quantidade de detalhes para descrever o tratamento dado a um PAA fica a critério do auditor (CFC, 2016).

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) (2017) analisou os PAAs das 546 companhias abertas que arquivaram os Relatórios dos Auditores Independentes no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no período de 01.01.2017 a 31.03.2017. Identificou uma média de 2,43 PAA por companhia (1329 PAAs ao total). O PAA Valor Recuperável de Ativos Não-Financeiros (“*Impairment*”) foi o assunto mais citado, sendo mencionado em 32% dos relatórios, seguido por Receita (29%) e Contingências (26%). Na divisão por segmentos, o assunto Redução a Valor Recuperável de Ativos Financeiros foi citado em 90% dos relatórios das Instituições Financeiras, demonstrando um alerta com a recuperabilidade das carteiras de créditos e ativos financeiros em geral. Instrumentos Financeiros foi o PAA mais apontado pelas Securitizadoras (mencionado em 63%). Nos segmentos de Varejo, Transporte e Logística, o PAA em destaque foi o Valor Recuperável de Ativos Não Financeiro, destacando-se em 46% e 71% dos relatórios, respectivamente. Já no segmento de Energia, o PAA mais mencionado foi Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais (62%). Reconhecimento de Receita foi o PAA mais apontado nos segmentos de Construção e Engenharia e de Rodovias e Aeroportos, indicado em 58% e 55% dos relatórios, respectivamente.

Marques e Souza (2017) identificaram e analisaram os PAAs reportados nos relatórios de auditoria independente de 49 empresas que compõem o IBOVESPA, divulgados no ano de 2017 e referente ao ano de 2016. Constataram que em média cada empresa apresentou 3,49 PAAs por relatório com um desvio-padrão de 1,49 e um coeficiente de variação de 0,42. Os PAAs mais presentes foram: recuperabilidade dos ativos, contingências, reconhecimento de receitas e projeção de resultados futuros para realização de ativos. A análise de PAA por segmento econômico identificou que o setor Financeiro apresentou a maior quantidade de PAAs, seguido pelo segmento de Materiais Básicos e o de Consumo não Cíclico. Já o segmento com menor quantidade de PAAs foi o de Bens Industriais. A análise por Nível de Governança evidenciou que empresas que estão nos níveis diferenciados de governança (N1, N2 e NM) têm menores médias de quantidade de PAAs reportados. Enquanto as empresas Tradicionais apresentaram uma média de 3,83 PAAs, as dos Níveis 1 e 2 apresentaram uma média de 3,50 e as do Novo Mercado 3,42.

Hansen e Andersen (2018) pesquisaram a implementação da seção Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente na Noruega nos anos de 2016 e 2017 das empresas norueguesas listadas em Oslo Børs e Oslo Axess. Analisaram 212 relatórios em 2016 e 210 em 2017. A média de PAAs encontrada foi de 2,03 em 2016 e 1,88 em 2017. *Impairment* foi o PAA mais comum na Noruega, relatado em 112 relatórios em 2016 e 117 em 2017. A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi a firma que mais reportou PAA nos anos analisados, uma média de 2,53 em 2016 e 2,27 em 2017.

Silva, Bianchi e Venturini (2018) analisaram o teor da seção Principais Assuntos de Auditoria, dos RAIs dos anos de 2016 e 2017 das 57, empresas do segmento de energia elétrica listadas na B3. Identificaram aumento de seis assuntos no número total de PAA de 2016 para 2017 (170 PAAs em 2016 e 176 em 2017), podendo ser justificado pelo fato de 2016 ter sido o primeiro ano de vigência da NCB TA 701 (CFC, 2016). Constataram que as firmas de auditoria Deloitte Touche Tohmatsu (DTT) e Ernst & Young (EY) foram as mais auditaram as empresas da amostra em 2016, 19 e 13 respectivamente e em 2017 as empresas KPMG Auditores Independentes (KPMG) e Ernst & Young (EY), 22 e 14 empresas

respectivamente. Os assuntos mais citados, identificados no estudo foram Receita (35) no ano de 2016 e Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais (35) no ano de 2017. Na análise da relação entre os PAAs e variáveis contábeis, considerando os PAAs descobertos em relação ao tamanho das empresas (ativo total), identificaram que o maior número de PAAs para o ano de 2016 está no segundo quartil totalizando 54, e em 2017 no quarto quartil com 53. Na relação dos PAAs conforme o percentual do Ativo Imobilizado, observaram que a maior concentração de PAAs relacionados no RAI para o ano de 2016 estava entre o segundo (47) e terceiro quartil (36), totalizando 61% do total de PAAs desse ano. Já em 2017 a posição de maior concentração de PAAs entre os quartis não se alterou. Os PAAs classificados em conformidade com a receita líquida foram encontrados no terceiro e quarto quartis nos anos de 2016 e 2017.

Seganfredo (2019) analisou os procedimentos utilizados por cada firma de auditoria na abordagem dos PAAs reportados no Relatório de Auditoria de empresas listadas na B3. Observou as seções de Principais Assuntos de Auditoria publicados nas Demonstrações Financeiras de 2016 e 2017 de uma amostra de 442 empresas. Constatou que os quatro assuntos mais frequentes no Relatório de Auditoria são: valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências, reconhecimento da receita e realização de tributos e ativos fiscais diferidos, sendo a maior variação de um ano para outro, do PAA avaliação do valor recuperável de ativo não-financeiro, que diminuiu sua presença de 175 para 145 relatórios de 2016 para 2017. A análise por subsetor econômico não identificou significativas alterações nas quantidades médias de assuntos. A maioria dos relatórios manteve a mesma quantidade de PAA, enquanto 20,4% aumentaram e 23,6% diminuíram a quantidade de 2017 para 2016. Nas empresas em que manteve o mesmo auditor, também se manteve os números de PAAs, já nas que trocaram de auditor, o número de PAAs aumentou. Dos procedimentos de auditoria, foram identificados onze. As *Big Four* utilizaram mais procedimentos do que as “outras empresas”. A maior diferença de tratamento foi no procedimento “envolvimento de especialistas”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem do problema, este estudo classifica-se como quantitativo (RAUPP; BEUREN, 2008), pois utilizou instrumentos estatísticos (quantificação, percentual e média) para demonstrar quais e quantos foram os PAAs mencionados nas empresas auditadas dos setores de utilidade pública e telecomunicações, entre os anos de 2016 e 2018. Em relação ao objetivo, classifica-se como descritivo (PRADANOV; FREITAS, 2013), uma vez que categoriza e apresenta a frequência dos PAA evidenciados nos RAIs.

No que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, este estudo classifica-se como documental (RAUPP; BEUREN, 2008), pois os PAAs foram coletados, de 2016 a 2018, dos RAIs, que integram as demonstrações contábeis divulgadas pelas companhias dos setores de utilidade pública e telecomunicações no site B3. A população deste estudo foi às empresas do setor de utilidade pública, subdividido nos subsetores de água e saneamento, energia elétrica e gás e o setor de telecomunicações, listadas na B3, de 2016 a 2018, totalizando 73 empresas analisadas. Entretanto, a amostra em 2016 consistiu em 71 empresas, pois duas empresas foram excluídas por não reportar PAA; em 2017 foram 73; e 2018 72, visto que uma não apresentou RAI até a data da coleta dos dados, realizada em março de 2019.

Para a realização das análises, os PAAs reportados pelos auditores independentes foram agrupados em uma das 24 categorias apresentada pelo estudo do IBRACON (2017). Deste modo, avaliou-se o total de PAAs apresentados no RAI por setor, bem como a média de PAA por empresa. Evidenciaram-se, ainda os PAAs mais citados por firma de auditoria e setor, e realizou-se *cluster* dos assuntos (validado por especialista - analista de mercado)

baseado nas características dos PAAs analisados. Deste modo, a análise e interpretação dos dados classificam-se como avaliação descritiva (RAUPP; BEUREN, 2008), pois se ilustrou as características da amostra, destacando os PAAs por setor, por firma de auditoria e por ano, a fim de compreender seus aspectos de reporte no período avaliado.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção apresentam-se os resultados do estudo, dividido em Principais Assuntos de Auditoria e análise *cluster* dos PAAs.

4.1 PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Esta seção apresenta os PAAs mencionados nos Relatórios de Auditoria Independente das empresas dos setores de utilidade pública, subdividido no subsetor água e saneamento, gás e energia elétrica e telecomunicações nos anos de 2016 a 2018, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Total de PAAs por setor nos anos de 2016 a 2018 e quantidade média por empresa

Setor	Número de Empresas	% de Empresas	Total de PAAs no RAI			Média de PAAs por empresa			Média Geral de PAAs por empresa
			2016	2017	2018	2016	2017	2018	
Energia elétrica	60	82,19%	181	186	150	3,02	3,10	2,50	2,87
Água e Saneamento	6	8,22%	18	18	17	3,00	3,00	2,83	2,94
Telecomunicações	5	6,85%	7	17	16	1,40	3,40	3,20	2,67
Gás	2	2,74%	4	4	4	2,00	2,00	2,00	2,00
Total	73	100	210	225	187	2,88	3,08	2,56	2,84

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2019).

A Tabela 1 apresenta aumento no número de PAAs do ano 2016 para 2017 (aumento de 15 PAAs) e uma redução de 2017 para o ano de 2018 (redução de 38 PAAs). A média geral de PAAs identificada por empresa foi de 2,84, sendo 2,88 em 2016, 3,08 em 2017 e 2,56 no ano de 2018. Silva, Bianchi e Venturini (2018) também identificaram aumento no número de PAAs de 2016 a 2017, de 170 para 176. A média geral encontrada na pesquisa do IBRACON (2017), dos 546 relatórios analisados do ano de 2016, foi 2,43 PAA por companhia. Já Marques e Souza (2017) identificaram uma média 3,49 PAAs por relatório, no estudo realizado de 49 empresas que compõem o IBOVESPA, divulgados no ano de 2017 e referente ao ano de 2016. Na Noruega, a média geral de PAAs encontrada por Hansen e Andersen (2018) foi de 2,03 em 2016 e 1,88 em 2017.

A Tabela 2 evidencia os PAAs identificados no período entre 2016 e 2018, categorizado conforme o IBRACON (2017). Não identificou-se, neste estudo, as seguintes categorias: ativo biológico, demonstrações fiduciárias, estoques, imobilizado e propriedades para investimento.

Tabela 2 - Principais Assuntos de Auditoria reportados no período entre 2016 e 2018

Principais Assuntos de Auditoria	2016			2017			2018		
	Qtidade	% em Relação ao nº de Registros	% em relação ao nº de Relatórios	Qtidade	% em Relação ao nº de Registros	% em relação ao nº de Relatórios	Qtidade	% em Relação ao nº de registros	% em Relação ao nº de Relatórios
Receita	42	20,00%	57,53%	38	16,89%	52,05%	38	20,32%	52,05%
Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	34	16,19%	46,58%	37	16,44%	50,68%	38	20,32%	52,05%
Contingências	30	14,29%	41,10%	34	15,11%	46,58%	30	16,04%	41,10%
Valor recuperável de ativos não-financeiros	22	10,48%	30,14%	23	10,22%	31,51%	19	10,16%	26,03%
Benefício pós-emprego	16	7,62%	21,92%	17	7,56%	23,29%	10	5,35%	13,70%
Instrumentos Financeiros	13	6,19%	17,81%	10	4,44%	13,70%	7	3,74%	9,59%
Contas a Receber	10	4,76%	13,70%	11	4,89%	15,07%	8	4,28%	10,96%
Realização do impacto de Renda Diferido	9	4,29%	12,33%	14	6,22%	19,18%	13	6,95%	17,81%
Investimentos	9	4,29%	12,33%	11	4,89%	15,07%	4	2,14%	5,48%
Pressuposto de continuidade operacional	6	2,86%	8,22%	4	1,78%	5,48%	1	0,53%	1,37%
Ativos Intangíveis	6	2,86%	8,22%	6	2,67%	8,22%	3	1,60%	4,11%
Transação com partes Relacionadas	3	1,43%	4,11%	0	-	-	0	-	-%
Gestão de Liquidez	4	1,90%	5,48%	2	0,89%	2,74%	2	1,07%	2,74%
Redução a valor recuperável de ativos financeiros	2	0,95%	2,74%	4	1,78%	5,48%	3	1,60%	4,11%
Combinação de Negócios	1	0,48%	1,37%	2	0,89%	2,74%	3	1,60%	4,11%
Outros Passivos	1	0,48%	1,37%	2	0,89%	2,74%	3	1,60%	4,11%
Leis e Regulamentações	2	0,95%	2,74%	4	1,78%	5,48%	2	1,07%	2,74%
Controles Internos - TI	0	-	-	5	2,22%	6,85%	2	1,07%	2,74%
Ativos Disponíveis para venda/ Operações Descontinuadas	0	-	-	1	0,44%	1,37%	1	0,53%	1,37%
Total	210	100%	-	225	100%	-	187	100%	-

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2019).

A Tabela 2 evidencia que os PAAs mais reportados nos três anos analisados, respectivamente são: Receita (19%), Ativos e Passivos de Concessão e Setorial (18%) e Contingências (15%).

O assunto Receita foi evidenciado em mais de 50% dos relatórios (57,53% em 2016 e 52,05% em 2017 e 2018). Seganfredo (2019) identificou que a menção de Receita como PAA deve-se a dois aspectos: competência e mensuração. A correta determinação da competência das Receitas exige maior atenção do auditor, pois para sua determinação é necessário avaliar o

momento em que companhia transfere o risco para o comprador, fato que geralmente não é apurado rigidamente pelas companhias. Já o processo de mensuração da Receita exige da auditoria, em diversos casos, o envolvimento de especialistas em auditoria de sistemas de informação, pois as companhias realizam a mensuração da receita a partir de informações extraídas de sistemas de tecnologia, que concentram grande volume de informação. O autor também destaca que em diversos setores, a transferência dos riscos não coincide com transferência legal do documento.

Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais foram relatados em 46,58% dos relatórios em 2016; 50,58% em 2017 e 52,05% em 2018. Este resultado se dá pelo fato de que a amostra deste estudo é predominantemente composta pelos subsectores de energia elétrica (60 empresas) e água e saneamento (6 empresas), que operam sob regime de concessão. Na visão de Seganfredo (2019), esse assunto requer atenção significativa do auditor pelos elevados montantes envolvidos e necessidade de atualização frequente.

Contingências constou em 41,10% dos relatórios em 2016; 46,58% em 2017 e 41,10% em 2018. Para o IBRACON (2017) a frequência desse assunto é justificado pela necessidade de envolvimento de terceiros (assessores legais) na determinação de estimativas (e pelo julgamento exercido no reconhecimento da provisão (SEGANFREDO, 2019).

No estudo de Seganfredo (2019) identificou Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros, Provisão para Contingências, Reconhecimento da Receita, Realização de Tributos e Ativos Fiscais Diferidos, como os assuntos mais citados dentre os 442 RAI analisados de 2016 a 2017. Já no estudo realizado pelo IBRACON (2017), dentre os 546 relatórios analisados do exercício 2016, o assunto Valor Recuperável de Ativos Não-Financeiros (“*Impairment*”) foi o mais reportado, sendo mencionado em 32% dos relatórios, seguido por Receita (29%) e Contingências (26%). Marques e Souza (2017) identificaram como os PAAs mais mencionados, nas 49 empresas avaliadas: Recuperabilidade dos Ativos, Contingências, Reconhecimento de Receitas e Projeção de Resultados Futuros para Realização de Ativos. Silva, Bianchi e Venturini (2018) identificaram Receita (35 citações) no ano de 2016 e Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais (35 citações) no ano de 2017 como os PAAs mais evidenciados. Hansen e Andersen (2018) identificaram na Noruega *Impairment* como o PAA mais citado.

A Tabela 3 destaca os PAAs mais evidenciados por firma de auditoria entre 2016 e 2018. Dessa tabela foram excluídas as empresas que auditaram apenas uma empresa do estudo, pois desta forma, não foi possível evidenciar qual foi o PAA mais citado.

Tabela 3 - Principais Assuntos de Auditoria mais evidenciados por firma auditoria entre 2016 a 2018

Firma Auditora	2016		2017		2018	
	Qtidade de empresas auditadas	Principal Assunto de Auditoria reportado	Qtidade de empresas auditadas	Principal Assunto de Auditoria reportado	Qtidade de empresas auditadas	Principal Assunto de Auditoria reportado
Deloitte ToucheTohmatsu (DTT)	20	Receita	5	Receita	4	Receita
KPMG Auditores Independentes (KPMG)	17	Valor recuperável de ativos não-financeiros	25	Contingências	29	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais
Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (EY)	15	Contingências	17	Contingências	19	Contingências
Pricewaterhouse Coopers (PwC)	9	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	11	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	6	Contingências
BDO RCS Auditores Independentes S.S. (BDO)	5	Valor recuperável de ativos não-financeiros e Receita	9	Valor recuperável de ativos não-financeiros	7	Valor recuperável de ativos não-financeiros
Total	66	-	67	-	65	-

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2019).

A Tabela 3 demonstra que Deloitte ToucheTohmatsu (DTT) foi a que mais auditou no ano de 2016, as empresas do estudo, auditando 20 empresas, seguida da firma KPMG com 17 empresas, EY com 15 empresas, PwC com 9 empresas e BDO com 5 empresas. No ano de 2017, as firmas de auditoria que mais auditaram as empresas do estudo foram respectivamente: KPMG (25), EY (17), PwC (11), BDO (9) e DTT (5). Já em 2018, as firmas KPMG (29), EY (19), BDO (7), PwC (6) e DTT (4).

A Tabela 3 evidencia também que a firma de auditoria pode ter relação com os PAAs mais citados, pois nos três anos analisados (2016 a 2018) as firmas DTT, EY, e BDO destacaram em seus relatórios mais vezes o mesmo PAA (Receita, Contingências e Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros, respectivamente). Deste modo, observa-se que um assunto considerado relevante em 2016 por determinado firma auditora, permaneceu relevante, na visão do auditor, nos anos seguintes. nos s na pesquisa.. Seganfredo (2019) verificou que se a companhia manteve o mesmo auditor, os números de PAAs também permaneceram, mas se trocaram de auditor, o número de PAAs aumentou.

Silva, Bianchi e Venturini (2018) identificaram que a DTT e EY no ano de 2016, e KPMG e a EY no ano de 2017 foram as firmas de auditoria que mais auditaram as empresas de energia elétrica da B3. Já no estudo de Seganfredo (2019), a KPMG auditou mais empresas da amostra em ambos os anos (100 empresas em 2016 e 114 em 2017).

Ainda, destaca-se, conforme Tabela 3, que as *Big Four* (DTT, KPMG, EY e PwC) auditam a maioria das companhias da amostra, sendo 90,4% em 2016; 91,8% em 2017; e 89,04% em 2018. Hansen e Andersen (2018) constataram que a KPMG, na Noruega, foi a firma que mais reportou PAA nos anos analisados, uma média de 2,53 em 2016 e 2,27 em 2017.

A Tabela 4 demonstra os 5 (cinco) PAAs mais frequentes entre os anos de 2016 e 2018 agrupados por setor.

Tabela 4 - Principais Assuntos de Auditoria mais encontrados por setor entre 2016 a 2018

Setor	5 PAAs mais frequentes				
	1	2	3	4	5
Energia elétrica	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	Receita	Contingências	Valor recuperável de ativos não-financeiros	Benefício pós-emprego
Água Saneamento ^e	Ativo Intangível	Contingências	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	Receita	Contas a Receber
Telecomunicações	Valor recuperável de ativos não-financeiros	Receita	Contingências	Controles Internos - TI	Contas a Receber
Gás	Receita	Benefício pós-emprego	Ativo Intangível	Instrumentos Financeiros	Contingências

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2019).

Na Tabela 4 observa-se que no setor de Energia Elétrica, o PAA mais evidenciado foi Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais, o mesmo relatado no estudo do IBRACON (2017), tendo sido citado em 62% dos RAI no subsetor de energia elétrica. Já na pesquisa de Silva, Bianchi e Venturini (2018), Receita (35) foi o PAA mais citado no ano de 2016 e Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais (35) no ano de 2017.

O Ativo Intangível foi o PAA mais citado no setor de Água e Saneamento. No setor de Telecomunicações, o assunto mais citado foi o Valor Recuperável de Ativos Não-Financeiros, explicado pelo alto nível de julgamento necessário na determinação das premissas e cálculos (IBRACON, 2017). Já no setor de Gás, o assunto mais apresentado foi Receita.

Os assuntos Receita e Contingências estão entre os cinco Principais Assuntos de Auditoria mais citados em todos os setores. Conforme o IAASB (2015), os Principais Assuntos de Auditoria são frequentemente relacionados a assuntos que requerem julgamento significativo, tanto da administração quanto do auditor. Para Wisnik (2018) a confiabilidade das informações disponíveis a administração para elaboração das estimativas pode variar, afetando o grau de incerteza e gerando risco de distorção. Desta forma, entende-se que Receitas e Contingências, são assuntos que não podem ser mensurados com precisão e exigem julgamento significativo do auditor devido o nível de incerteza e possível distorção nos demonstrativos contábeis, justificando a sua ocorrência como PAA nos RAIs.

4.2 CLUSTER DOS PAAs

Esta seção apresenta o *cluster* dos Principais Assuntos de Auditoria no período de 2016 a 2018. A análise *cluster* identificou que as 24 categorias de PAAs do estudo do IBRACON (2017) podem ser agrupadas, conforme suas características em: Ativo; Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais; Contingências; Gestão; Resultado; e Passivo.

Devido as suas particularidades, o PAA Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais teve *cluster* específico, e os demais PAAs relacionados ao ativo patrimonial foram agrupados na categoria Ativos. Da mesma forma, por mérito de sua relevância, possibilidades de ocorrência e peculiaridades de divulgação, a categoria Contingências foi considerada um *cluster* e os demais PAAs relacionados ao passivo patrimonial foram reunidos na categoria Passivos. Ainda, conforme o especialista consultado, assuntos relacionados a concessão e contingências se não observados no processo de tomada de decisão, seja pelos gestores, investidores ou até mesmo analistas, podem comprometer e inviabilizar a continuidade do negócio, devido envolverem critérios de subjetividade e até mesmo por contemplarem montantes significativos de ativos e passivos patrimoniais das companhias.

A Tabela 5 apresenta o *cluster* dos Principais Assuntos de Auditoria por setor (e subsetor).

Tabela 5 - Cluster dos Principais Assuntos de Auditoria entre 2016 a 2018

Ano	Cluster	Energia elétrica		Água e Saneamento		Gás		Telecomunicações		Total
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
2016	Ativo	50	28%	7	39%	2	50%	3	43%	62
	Resultado	44	24%	3	17%	1	25%	3	43%	51
	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	32	18%	2	11%	-	-	-	-	32
	Gestão	29	16%	2	11%	1	25%	-	-	31
	Contingências	25	14%	4	22%	-	-	1	14%	29
	Passivo	1	1%	-	-	-	-	-	-	1
	Total	181	100%	18	100%	4	100%	7	100%	210
2017	Ativo	50	27%	7	39%	2	50%	7	41%	66
	Resultado	44	24%	3	17%	1	25%	4	24%	52
	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	35	19%	2	11%	-	-	-	-	37
	Gestão	28	15%	2	11%	1	25%	3	18%	34
	Contingências	27	15%	4	22%	-	-	3	18%	31
	Passivo	2	1%	-	-	-	-	-	-	2
	Total	186	100%	18	100%	4	100%	17	100%	225
2018	Resultado	42	28%	3	18%	2	50%	4	25%	51
	Ativo	35	23%	5	29%	-	-	5	31%	40
	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	34	23%	4	24%	-	-	-	-	38
	Contingências	23	15%	3	18%	1	25%	3	19%	30
	Gestão	15	10%	1	6%	1	25%	3	19%	20
	Passivo	1	1%	1	6%	-	-	1	6%	2
	Total	150	100%	17	100%	4	100%	16	100%	187

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2019).

A Tabela 5 evidencia que os PAAs mais citados nos RAI tinham relação ao Ativo da empresa, 30% em 2016, 29% em 2017 e 27% em 2018. Apenas no ano de 2018 é que o *Cluster* Resultado foi a característica mais presente nos PAAs nos subsetores de energia elétrica (28%) e gás (50%). A Tabela 5, ainda demonstra que o grupo Passivo foi a característica menos presente nos PAAs, manifestada em apenas 1 PAA em 2016, 2 PAA em 2017 e 3 PAA em 2018. No entanto, assuntos relacionados a Contingências, que contemplam circunstâncias que podem vir a ocorrer, e em caso de efetivação serão um passivo da empresarial, mostrou-se presente de forma significativa nos setores de energia elétrica e água e saneamento.

Deste modo, pode-se inferir que, nesta amostra e período analisado, algumas áreas exigiram maior atenção do auditor durante a realização da auditoria, sejam relacionados a assuntos, patrimoniais e/ou de resultado, oriundas das demonstrações contábeis, bem como relacionados à entidade. Tal constatação auxilia os usuários previstos das demonstrações contábeis compreenderem áreas que envolveram julgamento significativo da administração na elaboração das demonstrações contábeis das companhias (CFC, 2016) dos setores de utilidade pública e telecomunicações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o objetivo de analisar os aspectos dos Principais Assuntos de Auditoria apresentados pelos auditores independentes nas companhias dos setores de utilidade pública e telecomunicações listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) no período de 2016 a 2018. A população deste estudo foi composta por 73 empresas analisadas, entretanto, a amostra em 2016 consistiu em 71 empresas, pois duas empresas foram excluídas por não reportar PAA, em 2017 foram 73, e 2018 72, visto que uma não apresentou RAI até a data da coleta dos dados.

A pesquisa identificou aumento no número de PAAs do ano 2016 para 2017 (aumento de 15 PAAs, passando de 210 a 225) e uma redução de 2017 para o ano de 2018 (redução de 38 PAAs, transpondo de 225 para 187). A média geral de PAAs por empresa identificada foi de 2,84, sendo 2,88 em 2016, superior a média apresentada na pesquisa do IBRACON (2017) que foi de 2,43 PAAs por companhia. Quanto aos PAAs mais reportados, de modo geral identificou-se: Receita (19%), Ativos e Passivos de Concessão e Setorial (18%) e Contingências (15%).

A firma de auditoria que mais auditou as empresas do estudo no ano de 2016 foi a Deloitte ToucheTohmatsu (DTT), auditando 20 empresas (27,4%). Já nos anos de 2017 e 2018, a firma KPMG Auditores Independentes (KPMG), auditou 25 (34,2%) e 29 (39,7%) empresas, respectivamente. De modo geral, constatou-se que as *Big Four* (DTT, KPMG, EY e PwC) auditaram a maioria das companhias da amostra. Também, verificou-se que a firma de auditoria pode ter relação com o PAA mais citado, pois a DTT, a EY, e a BDO julgaram, como o PAA mais relevante, em seus relatórios, nos três anos analisados, respectivamente, o mesmo PAA - Receita, Contingências e Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros. No subsetor de Energia Elétrica o PAA mais evidenciado foi Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais, Ativo Intangível foi o PAA mais citado no subsetor de Água e Saneamento e no setor de Telecomunicações, o assunto mais reportado foi Valor Recuperável de Ativos Não-Financeiros. Já no subsetor de Gás, o assunto mais mencionado foi Receita. Ainda, denotou-se que os Assuntos Receita e Contingências estão entre os cinco Principais Assuntos de Auditoria mais citados em todos os setores.

A análise *cluster* possibilitou agrupar os PAAs, conforme suas características, em 6 categorias: Ativo; Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais; Contingências; Gestão; Resultado e Passivo. Diante disso, verificou-se que os PAAs mais citados nos RAI tinham relação ao Ativo da empresa e que Passivo foi a característica menos presente nos PAAs. Esse agrupamento das categorias dos PAAs possibilita aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem as áreas que envolveram julgamento significativo da administração durante a elaboração das demonstrações contábeis, sejam relacionados às incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, bem como julgamento e consideração sobre eventos futuros, das companhias dos setores de utilidade pública e telecomunicações.

As empresas contempladas na amostra constituem empresas públicas e privadas prestadoras de serviço à população em geral, tendo assim um número elevado de interessados nas suas divulgações. Assim, esta pesquisa ao fornecer os assuntos mais divulgados por setor analisado e por firma auditora, bem como pela categorização dos PAAs, segundo o estudo do IBRACON (2017) e por meio de seis *clusters* validados por especialista (analista de mercado) coopera com a evidência empírica dos aspectos dos Principais Assuntos de Auditoria apontados pelos auditores em seus relatórios no período de 2016 a 2018. Ademais, ao permitir que se comparem os PAAs por firma auditora e setor, contribui na melhoria da qualidade da auditoria.

O estudo limita-se apenas as empresas listadas nos setores de utilidade pública e telecomunicações no período analisado, assim os resultados encontrados são específicos da amostra, não podendo ser generalizados aos demais setores. Desta forma, sugerem-se como estudos futuros aplicar esta análise aos demais setores da B3, identificando assim as particularidades de cada setor.

REFERÊNCIAS

- BOTEZ, D. Updates Regarding Audit Reporting. Studies and Scientific Researches. **Economics Edition**, [s.l], n. 25, jul. 2017. Disponível em: <http://sceco.ub.ro/index.php/SCECO/article/view/385/359>. Acesso em: 04 jun. 2019.
- CHIUDINI, V.; CUNHA, P. R.; MARQUES; L. Relação entre a Republicação das Demonstrações Contábeis e o *Audit Delay*. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, v. 17, n. 51, p. 89-107, maio/ago. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Comunicado Técnico de Auditoria. CTA 25 (R1) - Emissão do Novo Modelo de Relatório do Auditor Independente**, de 11 de abril de 2019. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/CTA25%20\(R1\)&arquivo=CTA25\(R1\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/CTA25%20(R1)&arquivo=CTA25(R1).doc). Acesso em: 08 jun. 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade. NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria**, de 19 de agosto de 2016a. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1)). Acesso em: 29 mar. 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade. NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**, de 17 de junho de 2016b. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade. NBC TA 701 - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente**, de 17 de junho de 2016. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA701. Acesso em: 29 mar. 2019.
- CUNHA, P.R.; BEUREN, I.M.; PEREIRA, E. Análise dos Pareceres de Auditoria das Demonstrações Contábeis de Empresas de Santa Catarina Registradas na Comissão de Valores Mobiliários. **Revista de Informação Contábil (RIC)**, Recife, v. 3, n. 4, p. 44-65, out./dez., 2009.
- HANSEN, N.B; ANDERSEN, J. **Key Audit Matters: en undersøkelse av norske foretak**. 2018. 124 f. Masteroppgave (MSc) i Master i regnskap og revisjon - Handelshøyskolen BI, 2018. Disponível em: <https://biopen.bi.no/bi-xmlui/handle/11250/2578878>. Acesso em: 09 jun. 2019.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS - IAASB. **Auditor Reporting – Key Audit Matters**. Jan. 2015. Disponível em: <https://www.ifac.org/publications-resources/auditor-reporting-key-audit-matters> Acesso em: 28 abr. 2019.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES - IBRACON. **A experiência da aplicação do Novo Relatório do Auditor no 1º**. Ano: Principais Assuntos de Auditoria. 2017. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detDocumento.php?cod=100>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MARQUES, V. A.; SOUZA, M. K. P. Principais Assuntos de Auditoria e Opinião Sobre o Risco de Descontinuidade: Uma Análise das Empresas do Ibovespa. **Revista de Informação Contábil (RIC)**, Recife, v. 11, n. 4, p. 1-22, out./dez., 2017.

MASDOR, N; SHAMSUDDIN, A. The Implementation of ISA 701- Key Audit Matters: A Review. **Global Business and Management Research: an International Journal**. v. 10, n. 3, p. 1101-1115, Special Issue, 2018.

PRADANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD – PCAOB. **PCAOB Release nº. 2017-001**: The auditor’s report on an audit of financial statements when the auditor expresses an unqualified opinion. Jun. 2017. Disponível em: <https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/2017-001-auditors-report-final-rule.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I.M. Metodologia da Pesquisa Aplicada às Ciências Sociais. *In*: BEUREN, I, M. (org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 76-97.

REINA, D.; SILVA, F. A. S.; LEMES, S.; REINA, D. R. M. O Novo Relatório do Auditor Independente Apresenta Maior Grau De Complexidade Informacional? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 15., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ABC, 2018.

SEGANFREDO, F. B. **Procedimentos Utilizados na Abordagem dos Principais Assuntos de Auditoria em Empresas Listadas na B3 S.A.**. 2019. 93 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

SILVA, M. F.; ANDRÉ, F. C. Auditoria Independente: um Estudo Sobre o Conteúdo dos Relatórios de Auditoria das Empresas Brasileiras Listadas do Novo Mercado da B3. *In*: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS, 3., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: PPGCONT - UFRGS, 2018.

SILVA, P. S.; BIANCHI, M. VENTURINI, L. D. B. Principais Assuntos de Auditoria: uma Análise dos Itens do Relatório do Auditor Independente nos Anos de 2016 e 2017. *In*: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS, 3., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: PPGCONT - UFRGS, 2018.

SILVESTRE, A. O.; SPRENGER, K. B.; KRONBAUER, C. A. Relatório Modificado de Auditoria: Análise Pré e Pós-Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 15, n. 44, p. 75-85, jan./abr.,2016.

SOUZA, J. L. S.; ALBERTON, L.; BORBA, J. A. Pra Quem o Novo Relatório da Auditoria Independente é Compreensível? *In*: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 3., 2017, Brasília. **Anais [....]**. Brasília: Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, 2017.

WISNIK. M. T. **Relação Entre a Natureza dos Principais Assuntos de Auditoria Apresentados nos Relatórios de Auditoria Independente, Setores de Atuação e Países**. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade – Finanças e Controladoria) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2018.